



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Classe social, raça/etnia e sexo.

A cor e a concretude da desigualdade no Brasil: a violência e o encarceramento dos jovens de cor ou raça preta ou parda¹²

Rosa Maria Marques³

Marcelo Depieri⁴

Raul Dias⁵

Resumo: Este artigo analisa se o perfil da população encarcerada no Brasil corresponde à distribuição da população brasileira em termos de cor, gênero e idade, com vista a verificar se há sobrerrepresentação de algum segmento populacional. Para isso, são apresentados, em primeiro lugar, as informações relativas à população total, por gênero, cor e idade, seguida de uma análise do mercado de trabalho, compreendendo a ocupação e o rendimento, também por gênero e cor. Em segundo lugar, são apontadas as características da população encarcerada, por gênero, idade, escolaridade, entre outros aspectos. Entre as conclusões a que o estudo chegou, destaca-se a sobrerrepresentação dos jovens homens negros ou pardos junto à população carcerária.

Palavras chave: Desigualdade; População carcerária; Sobrerrepresentação de cor; Brasil.

The color and concreteness of inequality in Brazil: violence and the incarceration of young people of black or brown color or race

Abstract: This article analyzes whether the profile of the incarcerated population in Brazil corresponds to the distribution of the Brazilian population in terms of color, gender and age, in order to verify whether there is an overrepresentation of any population segment. For this, information about the total population, by gender, color and age is presented first, followed by an analysis of the labor market, including occupation and income, also by gender and color. Second, the characteristics of the incarcerated population are pointed out, by gender, age, education, among other aspects. Among the conclusions reached by the study, we highlight the overrepresentation of young black or brown men among the prison population.

Keywords: Inequality; Prison population; Color overrepresentation; Brazil.

Introdução

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Esse é um pressuposto obrigatório de qualquer análise séria sobre a condição da maioria de sua população. No período 2010 - 2017, 1% da população brasileira detinha 28,3% da renda do país e 10% abarcava 41,9%, só perdendo para Catar em termos de desigualdade de renda (UNDP, 2019). Nos últimos anos, aprofundou-se ainda mais a desigualdade no país: além dos anos de recessão (2015 e 2016), seguiram-se os de baixo crescimento (2017 e

¹ A nomenclatura utilizada é a do IBGE. Por isso, o uso das expressões “cor ou raça”, “preta” e “sexo”.

² Os autores declaram que concordam com a publicação deste artigo nos anais do 8º Encontro Internacional e 15º Encontro Nacional de Política Social.

³ Professora titular de economia da PUCSP; rosamkmarques@gmail.com.

⁴ Professor titular de economia da UNIP; cellodepieri@gmail.com.

⁵ Mestre em Economia Política pela PUCSP; raul.codias@gmail.com.

seguintes), e começou-se a sentir o impacto do fato de o Estado ter renunciado a seu papel de indutor da economia, ao congelar os gastos federais por vinte anos, e de ter sido promovida a reforma trabalhista, flexibilizando ainda mais o mercado de trabalho brasileiro⁶.

O aumento da desigualdade se manifesta em vários indicadores, tais como o Índice de Gini e o Índice de Palma. O primeiro, mais conhecido, varia entre 0 e 1, sendo 0 o correspondente à situação de perfeita distribuição do rendimento entre a população e o 1 à de máxima desigualdade. Em 2015, esse índice atingiu seu menor valor (0,524), voltando a crescer nos anos seguintes e atingindo o valor de 0,545 em 2018. Já o Índice de Palma apresenta a razão entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% com maiores rendimentos domiciliares per capita em relação à parcela apropriada pelos 40% com menores rendimentos domiciliares per capita. Para o mesmo período, esse índice registrou a mesma tendência que o Gini, com suas diferenças (IBGE, 2019a).

A extrema concentração de renda que existe no Brasil é apenas um aspecto da desigualdade que faz parte da realidade de sua população. Há outros tão ou mais importantes que devem ser considerados e que se sobrepõem à desigualdade de renda. E isso se descortina quando passamos a olhar, para além dos dados agregados da população como um todo, a cor ou raça, o sexo e a idade.

Além da desigualdade, faz parte da realidade brasileira a sensação de insegurança e a ideia de que grande parte dos problemas vivenciados no país deve-se à corrupção dos políticos, tal como revelaram inúmeras pesquisas de opinião realizadas por institutos de pesquisa. Segundo pesquisa da XP Investimento e do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômica (IPESPE), divulgada no início da gestão de Jair Bolsonaro pelo site do Senado, 58% da população consideravam que as primeiras medidas do novo Congresso deveriam tratar da segurança pública (TEIXEIRA, 2019). É com base nessa percepção que o ministro da Justiça, Sergio Moro, encaminhou seu projeto anticrime, recebendo apoio de grande parte da população.

Na discussão em torno desse projeto, em várias oportunidades foi ponderado que ele teria como resultado o aumento da criminalização e o encarceramento, o que prejudicaria especialmente a população negra e pobre (SENADO NOTÍCIAS, 2019). Este artigo tem como objetivo verificar se essa hipótese se confirma, isto é, se a população encarcerada é majoritariamente negra e pobre. Para isso, nos debruçamos,

⁶ A reforma da Previdência, aprovada no 1º ano do governo Bolsonaro, terá seus impactos a partir de 2020.

primeiramente, sobre a condição socioeconômica da população para, em seguida, cotejar esses resultados com as características da população encarcerada.

Nossa ênfase está no peso da cor ou raça na determinação do lugar e das condições de vida e de inserção das pessoas, dado o passado escravocrata relativamente recente do Brasil⁷, mas também são destacadas as diferenças quanto ao sexo e idade, quando couber. Nossa fonte de informações é, para a descrição da população, do mercado de trabalho, do rendimento do trabalho, do rendimento de todas as fontes e de algumas condições do domicílio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente os estudos “Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018”, “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil – PNAD Contínua” e “Síntese de Indicadores Sociais – uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira - 2019”, e o ano analisado é o de 2018. No caso da violência, as fontes básicas foram o “Atlas da Violência – 2018” e o “Atlas da Violência 2019”, organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que utilizam os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) e, para a população carcerária, o “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Junho de 2017”, realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento Penitenciário Nacional, com dados de 2017 e, para efeito da real representação do quesito analisado, os dados da Pnad Contínua 2017. Nosso objetivo é, para além de uma apresentação do quadro da desigualdade existente no país de maneira acessível, destacar a extrema sobre-representação dos jovens homens pretos ou pardos nas estatísticas relativas à violência e à população carcerária.

Ao longo do texto, destacamos, na forma de box, termos e conceitos que podem não ser de domínio de todos. Também damos atenção para aspectos da desigualdade e violência na cidade de São Paulo. O texto está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, tratamos das características raciais e demográficas da população brasileira; na segunda, enfocamos o trabalho, o rendimento do trabalho e a pobreza, por último, na terceira, analisamos dados da violência e dos encarcerados no país.

⁷ O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravatura.

Índice de Gini - No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil, em 2017, ocupava a sétima posição de país mais desigual do mundo de acordo com o Índice de Gini. Ficando melhor posicionado apenas, de uma lista de 189 países, que Moçambique, Lesoto, República Centro-Africana, Zâmbia, Namíbia e África do Sul. Na comparação com os vizinhos latino-americanos o Brasil fica na última posição, ou seja, o país mais desigual da região.

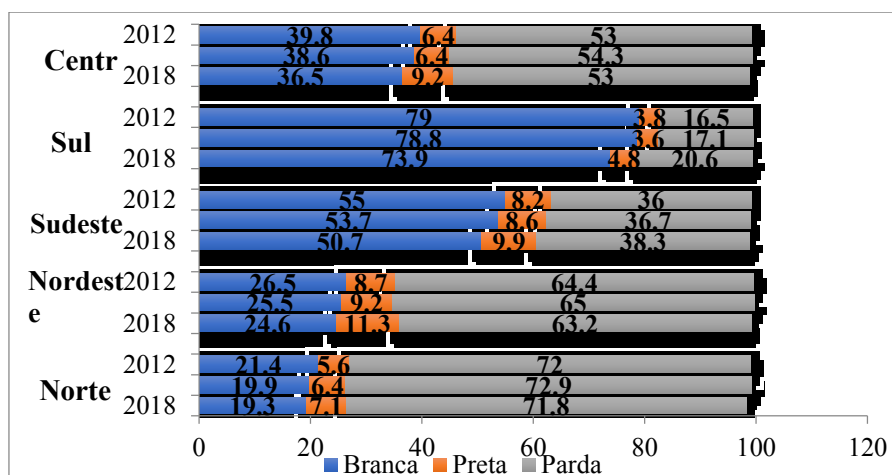
Índice de Palma - Diferentemente do Índice de Gini, o índice de Palma proporciona um índice de quanto os 10% mais ricos se apropriam da renda em relação aos 40% mais pobres - renda proveniente do trabalho, dos rendimentos de aposentadoria, pensão, aluguel, programas sociais, etc. “Se resultado obtido for 1 ...que os 10% mais ricos e os 40% mais pobres têm um rendimento econômico igual; se o resultado for 2 os 10% mais ricos recebem o dobro em comparação aos 40% mais pobres e assim sucessivamente” (MANDINGA, 2019). Os índices de Palma e de Gini são complementares. O primeiro capta, principalmente, as variações nas extremidades da distribuição; o segundo é mais sensível a variações no centro da distribuição. Segundo o IBGE (2019-a), em 2018, no Brasil, os 10% mais ricos detinham uma renda 4,25 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Já em Sergipe essa diferença era a maior do país (5,14 vezes) e, em Santa Catarina, a menor (2,03 vezes).

1 - Características raciais e demográficas

A cor ou raça da população brasileira

Em 2015, 45,22% da população residente no país se declarava⁸ branca, 45,06% parda, 8,86% negra, 0,47% amarela e 0,38% indígena. Três anos depois, em 2018, a população branca havia caído para 43,1% da população residente e a preta e a parda haviam aumentado para 9,3% e 46,5%, respectivamente (IBGE, 2019b). Somadas a população preta com a parda⁹, chega-se a 55,8% do total da população.

Gráfico 1 - População residente, por cor ou raça (%), 2012-2018



⁸ Note-se que a identificação de raça ou cor é feita pela própria população. Por isso, trata-se de uma declaração.

⁹ Há uma discussão sobre a origem da população parda, isto é, que a mesma pode ser composta também por descendentes de indígenas e não somente de pretos.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018. Adaptado de IBGE (2019-b).

Já na observação por região, a distribuição da população parda, branca e negra é bem diferenciada, apresentando-se uma supremacia largamente branca ao Sul do país e uma maioria branca na região Sudeste, tal como se pode ver no Gráfico 1. Note-se que, de 2012 a 2018, houve redução da participação do contingente que se declara branco em todas as regiões, acompanhado pelo aumento do que se declara negro também em todas elas. Já a população que se declara parda registrou queda nas regiões Norte e Nordeste. Para a população total, de 2012 a 2018, o aumento da população preta, de 7,4% para 9,3%, e da que se declara parda, de 45,3% para 46,5%, certamente está relacionado à maior visibilidade das lutas identitárias.

A população por sexo e grupos de idade

Em 2018, do total da população brasileira, 48,3% eram homens e 51,7% mulheres. Em termos de grupos de idade, no período 2012 – 2018, teve prosseguimento o processo anteriormente observado, isto é, a diminuição da participação dos grupos de menor idade e o aumento do peso dos grupos a partir de 30 anos, com destaque para a ampliação da presença das pessoas com 60 anos ou mais que passou de 12,8% para 15,4%. Isso é resultado de dois movimentos: da diminuição da taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida ao nascer. Em 2018, a população nos extratos mais jovens tinha a seguinte distribuição: de 0 a 9 anos, 12,9%, a de 10 a 19 anos, 15,1% e a de 20 a 29 anos, 14,9%.

A taxa de fecundidade é definida como o número médio de filhos que uma mulher teria dentro do seu período fértil (de 14 a 49 anos). Em 2018, essa taxa era estimada em 1,77, abaixo, portanto, da reposição da população.

A expectativa de vida ao nascer é o número de anos esperado de vida de uma população. Em 2018, a expectativa de vida foi estimada em 76,3 anos, sendo 72,8 para os homens e 79,9 anos para as mulheres. A expectativa de vida ao nascer não se confunde com a expectativa de sobrevivência. Em 2018, por exemplo, para ambos os sexos, a expectativa de vida de alguém com 60 anos era de 22,6 anos, isto é, era esperado que vivesse até os 82,6 anos.

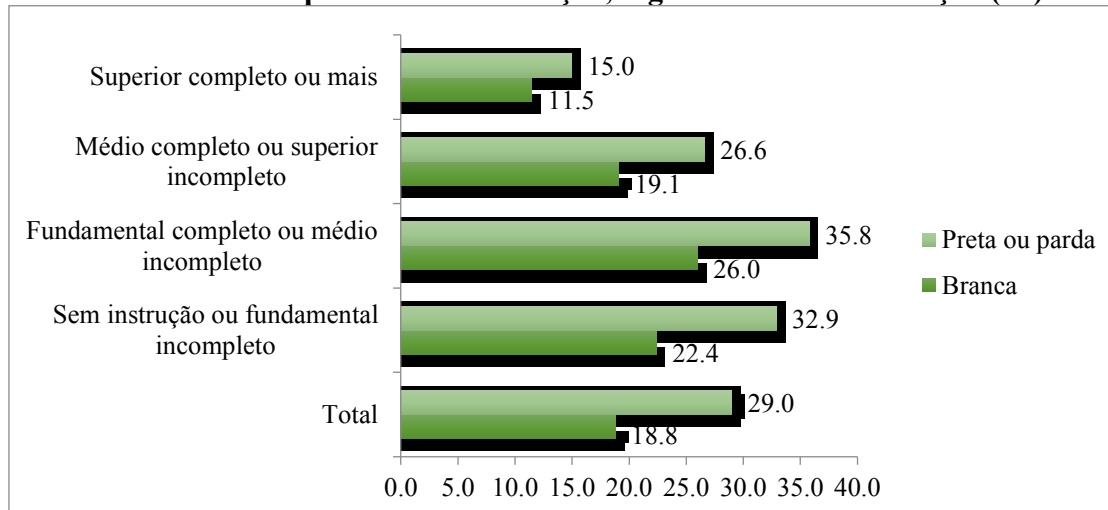
É importante destacar a participação dos jovens no total da população pois, como é analisado mais adiante, esse segmento está sobrerrepresentado nas estatísticas de homicídios e de encarceramento. A distribuição dos grupos de idade nas regiões do país apresenta diferenças. Uma delas é que a população formada por crianças e jovens (até 29 anos) é maior nas regiões Norte (51,2%) e Nordeste (46%), e a com 60 anos ou mais é menor nessas regiões e no Centro Oeste (10,7%, 14,1% e 13,1%, respectivamente), quando comparadas às demais e mesmo com relação ao Brasil.

2 O trabalho e a distribuição de renda

Mercado de trabalho

Em 2018, os pardos e os negros constituíam 57,7 milhões da força de trabalho e os brancos 46,1 milhões, isto é, a presença dos pardos e negros na força de trabalho era 25,2% maior do que a das pessoas brancas e, segundo o IBGE (2019c), compreendiam 54,9% desse total. Entre os desocupados, contudo, representavam 64,2% e, entre os subutilizados, 66,1%. Os negros e os pardos são os mais afetados quando o desemprego se eleva. O Gráfico 2 mostra que a desvantagem desse segmento no tocante à subutilização está presente para todos os níveis de instrução, embora se reduza significativamente para aqueles com educação superior completa ou mais. De acordo com o IBGE (2019c), comportamento semelhante é observado em relação aos desocupados.

Gráfico 2 – Taxa composta de subutilização, segundo nível de instrução (%) - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Da mesma forma, é marcante a sobrerrepresentação dos pardos e negros entre os trabalhadores que se encontram ocupados, mas na informalidade: em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor branca estavam nessa situação, o percentual entre as de cor ou raça preta ou parda atingia 47,3%. Esse percentual é ainda maior nas regiões Nordeste e Norte, onde chegam a 57,8% e 61%, respectivamente. É importante destacar que o IBGE não registrou o sexo dos trabalhadores como importante na definição da situação como informal.

Informalidade – diz-se que os ocupados estão nessa situação quando as atividades que desenvolvem estão associadas a trabalhos precários e quando não lhes são garantidos direitos básicos trabalhistas e previdenciários.

Taxa composta de subutilização: Numerador - Subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial; Denominador - Força de Trabalho ampliada (IBGE, 2018-a, p. 6)

No tocante ao desemprego, os mais jovens (de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos) registram as mais altas taxas de desemprego. No terceiro trimestre de 2019, por exemplo, essas taxas foram 40,6% e 25,7%. Essas taxas, e suas diferenças com relação às dos demais grupos de idade, aumentaram principalmente a partir do início de 2016. É de se perguntar qual será o impacto dessa realidade na sociabilidade e nos níveis de violência do país.

Rendimento do trabalho

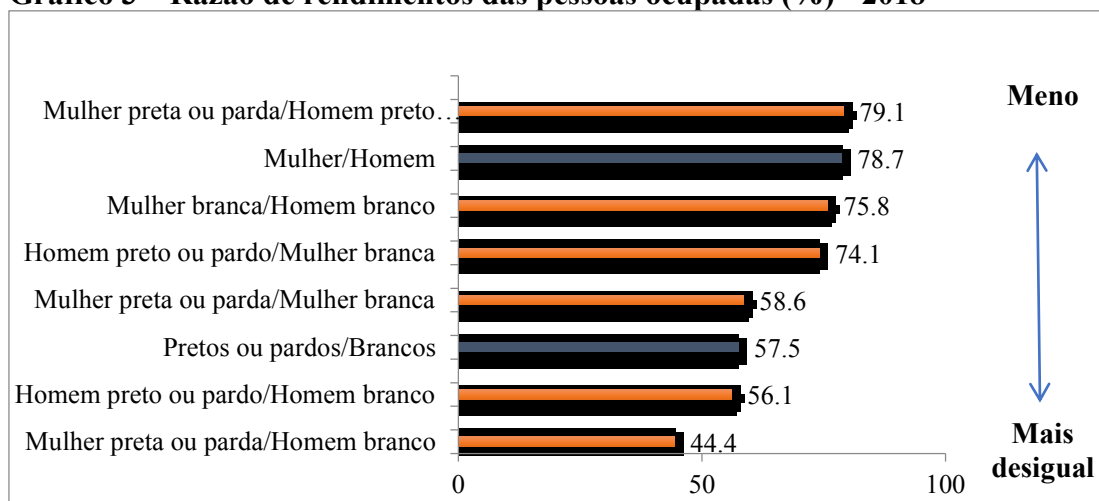
No que diz respeito ao rendimento do trabalho, a cor e o sexo fazem diferença significativa, embora essa última característica pese menos. Em 2018, enquanto o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas era de R\$ 2.796,00, o das pessoas de cor preta ou parda era de R\$ 1.608,00, isto é, os ocupados brancos ganhavam 73,9% a mais. Se o trabalho era realizado junto ao mercado formal, a diferença apresentada era de 57,6%. Na informalidade, a diferença se ampliava para 72,8%. A situação de informalidade é, portanto, ainda mais desfavorável para os trabalhadores de cor preta ou parda.

O IBGE, ao analisar as razões de rendimentos entre categorias de cor e sexo, chega a importantes resultados. Esses, ao mostrarem que o rendimento da mulher equivale a 78,7% do rendimento do homem e que, se ela for da cor preta ou parda, ganhará apenas 44,4% do rendimento do homem branco, indica que a cor ou raça contribui mais na formação da diferença de rendimento do que o sexo da pessoa. O Gráfico 3 apresenta as razões de rendimentos considerando oito combinações entre sexo e cor. Na comparação, o homem branco é o que está mais bem posicionado, seguido da mulher branca.

A desigualdade entre trabalhadores brancos e de cor preta ou parda mantém-se mesmo quando se leva em conta o nível de instrução. Aliás, em termos de valor da hora trabalhada, o diferencial entre os dois segmentos é maior quando a educação dos

trabalhadores contempla o ensino superior completo ou mais: os brancos recebiam, em média, por hora, R\$ 32,80, enquanto os de cor preta ou parda, recebiam R\$ 22,70.

Gráfico 3 – Razão de rendimentos das pessoas ocupadas (%) - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade. Extraído de IBGE (2019-c, p. 3).

Distribuição do rendimento, pobreza absoluta e condições de moradia

Ao se considerar todas as fontes de rendimento, encontra-se distribuição semelhante àquelas do rendimento do trabalho. As pessoas de cor preta ou parda constituem apenas 27,7% das pessoas que detêm os 10% maiores rendimentos no país e 75,2% dos 10% que recebem os menores rendimentos. Quanto à pobreza absoluta monetária, considerando como linha da pobreza os US\$ 5,50 diários propostos pelo Banco Mundial para países de renda média como o Brasil, também há diferenças: 15,4% das pessoas brancas estão abaixo dessa linha e 32,9% das pretas ou pardas.

O mesmo ocorre com relação a algumas condições de moradia, isto é, é maior a participação de pessoas de cor preta ou parda em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca) e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca).

3 - A violência e os encarcerados

O quadro da violência

Em 2017, houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de 31,6 mortes para cada cem mil habitantes¹⁰. Além desses números, chama atenção a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude, especialmente da *juventude masculina* (definida como de 15 a 29 anos pelo parágrafo 1º do artigo 1 do Estatuto da Juventude – Lei 12.852/2013). Dos 65.602 homicídios ocorridos em 2017, 35.783 (54,5% do total) foram de jovens, perfazendo uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país. Note-se que os jovens constituem apenas 24,6% da população total do país, o que indica o tamanho da tragédia que está ocorrendo. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% de 20 a 24 anos; e de 38,6% de 25 a 29 anos. “Homicídios” é, portanto, a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros.

Se considerarmos apenas os homens, esses percentuais, para os mesmos grupos de idade, sobem para 59,1%, 55,7% e 45,1%, pois do total de 35.783 homicídios, 33.772 vítimas eram homens (94,4%), de modo que a taxa de homicídios entre os jovens homens foi de 130,4 por 100 mil habitantes em 2017. Esta taxa é muito diferenciada entre os Estados, atingindo os extremos de 281,9 no Rio Grande do Norte e 33,3 em São Paulo. Segundo o IPEA e o FBSP (2019, p.28), as taxas de homicídios de homens jovens no país, aumentou 38,3% entre 2007 e 2017. Entre 2016 e 2017, ela cresceu 6,4%.

No período 2007 - 2017, o número de homicídios de *mulheres* no país cresceu 30,7%, sendo que, em 2017, 6,3% em relação ao ano anterior. A taxa de homicídio por 100 mil mulheres passou de 3,9 para 4,7 mulheres. O crescimento da taxa foi observado em 17 unidades da federação. O estudo do IPEA e FBSP (2019, p. 38) chama atenção, ainda, para a *desigualdade racial* presente nas *vítimas mulheres de homicídio*:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

¹⁰ Homicídio é definido como a morte de uma pessoa causada por uma agressão intencional de outra(s). Ver a nota metodológica sobre esse assunto em IPEA e FBSP (2019). A primeira vez que o Brasil registrou taxa maior que 30 mortes por cem mil habitantes foi em 2016 (30,3). Essa taxa correspondia a 30 vezes a taxa da Europa, para o mesmo ano (IPEA e FBSP, 2018, p. 3).

A desigualdade racial é marcante também quando se analisa os dados totais de homicídios. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram de cor preta ou parda, registrando uma taxa de homicídios por 100 mil negros ou pardos de 43,1; entre os brancos, amarelos e indígenas, a taxa foi de 16,0.

Os encarcerados do Brasil¹¹

Em junho de 2017, o total de pessoas privadas de liberdade era de 726.354. Dessas, 706.619 eram mantidas em unidades administradas pelas Secretarias Estaduais. O total de vagas disponíveis era de 423.242, de modo que o déficit de vagas chegava a 303.112, acusando uma taxa de ocupação de 171,62%. A taxa de aprisionamento, definida como a razão entre o número total de detentos e a quantidade populacional do país, multiplicado por 100 mil, era, em 07/2017, de 349,78 para cada 100 mil habitantes, o que coloca o Brasil no 26º lugar entre 221 países acompanhados pelo *World Prison Brief* (2019). Os estados do Amapá, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Roraima, Espírito Santo, São Paulo, o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Roraima e Acre, em ordem crescente, registram taxa de aprisionamento superior à do Brasil.

Considerando-se somente os presos sob responsabilidade das Secretarias Estaduais, isto é, 706.619, 32,39% estavam na condição de presos provisórios, sem condenação. Desses, 60.308 o estavam a mais de 60 dias. Entre as unidades da federação, esse indicador varia muito. Por exemplo, no Piauí, o percentual de presos sem condenação atinge 60%, no Paraná 9,01% e, em São Paulo, que detém 32,05% dos detentos do país, 27,5%. Se levarmos em conta todos os encarcerados (726.354), os três principais Estados são: São Paulo (31,53%), Minas Gerais (10,56%) e Rio de Janeiro (7,25%).

Em termos de sexo e idade, do total de encarcerados (em carceragem nas delegacias e no sistema preisional estadual e federal), a larga maioria é do sexo masculino (685.929 - mais de 95% das pessoas privadas de liberdade)¹² e 54,06% do total de pessoas presas são constituídas de jovens (de 18 a 29 anos), bem acima de sua participação na população brasileira. Os detentos com idade entre 30 e 34 anos

¹¹ As informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional brasileira estão disponíveis no Infopen, sistema de informações estatísticas que é atualizado pelos gestores dos estabelecimentos. As informações mais atualizadas referem-se a junho de 2017.

¹² O estudo alerta para o fato dos estados do Ceará e Minas Gerais não terem informado o sexo, enviando somente a informação do número de detentos.

representam 18,33% e os de 35 a 45 anos 19,45%. Em todos os estados, os jovens constituem a maioria dos detentos.

Quanto ao tipo de crime a que foram condenados ou estão à espera de julgamento, nem todas as unidades prisionais dispunham dessa informação. De um total informado de 520.251 crimes tentados/consumados, 493.659 eram atribuídos a homens e 26.592 a mulheres. Entre os homens, 46,20% dos crimes eram contra o patrimônio e 28,52% eram vinculados à droga; já entre as mulheres, 25,54% eram contra o patrimônio e 59,98% eram relacionados à droga.

Em relação à cor, 46,2% das pessoas encarceradas são pardas, 35,4% são brancas e 17,3% são pretas. Pardos e pretos totalizam 63,6%, bem acima da sua presença na população brasileira, de 55,4%, segundo a Pnad Contínua de 2017. Quando analisada a cor dos detentos por estado, esses percentuais variam muito. Mas, se em parte seu distanciamento com relação à situação do país como um todo deve-se à composição da população do estado, mantém-se a sobrerrepresentação dos pardos e pretos no total das pessoas privadas de liberdade. São Paulo, por exemplo, com uma população branca de 60,04%, para 2017, tinha apenas 42,5% de seus detentos dessa cor ou raça.

Em relação à escolaridade dos detentos, 51,3% possuíam o Ensino Fundamental Incompleto, 14,9% o Ensino Médio Incompleto, 13,1% o Ensino Fundamental Completo e 0,5% o Ensino Superior Completo. Essa distribuição difere da população brasileira¹³, na qual, em 2017, “apenas” 33,8% das pessoas com 25 anos ou mais tinham o Ensino Fundamental Incompleto. Por último, quanto ao estado civil, 55,42% era solteiro e 28,45% tinha uma relação estável / amasiado e 8,83% era casado.

Aspectos da desigualdade na cidade de São Paulo - O estado de São Paulo tem uma população de 45.919.049 de habitantes espalhados por 645 municípios. O mais populoso deles é a capital do estado, de mesmo nome, com 12.252.023 habitantes. São Paulo é a cidade mais populosa do país com quase o dobro de habitantes da segunda colocada – estima-se que o Rio de Janeiro tenha 6.718.903 habitantes – tendo extensão territorial de 1.521,101 km². Uma cidade com uma população dessa magnitude tem alta complexidade na sua estrutura socioeconômica, o que afeta decisões de políticas públicas, de infraestrutura urbana, de desenvolvimento da cultura, a dinâmica da distribuição de renda e demais componentes da vida em sociedade. É também uma cidade que retrata a situação da desigualdade do país.

A distância em linha reta entre o bairro central, a Sé – onde ficam os principais órgãos de administração da cidade e de outros poderes - até o bairro mais distante, Marsilac, no extremo sul da zona sul é de 60 km. Além da distância geográfica entre os bairros, há também outros fatores que afastam Marsilac da Sé, tal como o acesso a aparelhos

¹³ Para o nível de instrução da população brasileira, segundo a Pnad Contínua 2017, ver IBGE, 2018-b.

públicos de saúde. Pelo Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2019) pode até parecer que Sé e Marsilac não têm uma realidade tão distante. Marsilac registra maior número de Unidades Básicas de Saúde, de 3,58 para cada dez mil habitantes contra 0,77 na Sé. Ocorre que esta última cercada por bairros que apresentam melhores índices de horas de atendimento básico para quatro especialidades médicas. No total, esses bairros e a Sé detêm 193,29 horas de atendimento básico. Marsilac tem apenas Parelheiros como bairro limítrofe. Esses dois somam apenas 49,84 horas de atendimento básico. Ou seja, mesmo que Marsilac apresente um índice melhor de UBS, a Sé está rodeada por outros aparelhos de saúde que provêm atendimento pelo SUS.

Também a disponibilidade de leitos hospitalares nesses bairros e ao redor deles apresenta um abismo entre os dois. Nos quatro bairros centrais, somam-se, entre leitos hospitalares públicos e privados, uma proporção de 58,16 leitos para cada mil habitantes. Segundo a portaria do Ministério da Saúde de número 1101/2002 (vigente até 2015) (BRASIL, 2002), o número ideal de leitos disponíveis para cada mil habitantes poderia variar entre 2,5 e 3,0. Se se somar a quantidade de leitos disponíveis de Marsilac e Parelheiros, o total é de 0,007 leitos para cada mil habitantes. Isso faz com que a população desses bairros se desloque para o centro da cidade em busca de atendimento médico e hospitalar, o que exige significativo gasto com transporte.

As oportunidades de emprego formal também estão nas áreas centrais da cidade. O bairro da Barra Funda registra, por dez habitantes da População em Idade Ativa, o percentual de 59,24% e a Sé 46,40%. Marsilac tem apenas 6,44% dos empregos formais. Uma taxa muito mais baixa que os bairros centrais, mas mais alta que outros bairros periféricos. Seu vizinho, Parelheiros, registra 0,61%. No extremo leste da zona leste, o bairro de Cidade Tiradentes apresenta a menor taxa de formalização da cidade: 0,24%. No Tremembé, extremo norte da zona norte, a taxa fica em torno de 0,44%. Na Brasilândia, bairro no extremo da zona oeste, a taxa é de 0,47%.

Outro aspecto importante da desigualdade na cidade são os números de violência nos diferentes bairros. Em abril de 2017, foram registrados, em todos os distritos policiais, 126 homicídios, a maior quantidade mensal registrada naquele ano (ESTADÃO, 2018). Os bairros que apresentaram o maior número de homicídios foram, justamente, os mais afastados do centro da capital: Jardim Herculano registrou 7 homicídios; São Mateus 5; Capão Redondo, Parque Santo Antônio e Vila Jacuí 4 cada. A maioria da população exposta aos crimes mais violentos é a preta e parda, Jardim Ângela, que faz divisa com Parelheiros, tem o maior número de pessoas pretas e pardas: 60%, seguido do Grajaú com 56% e do próprio Parelheiros com 56,61%.

Longe dos bairros periféricos também está o acesso à cultura e neles as condições de moradia apresentam-se as mais precárias. No espaço deste box, fica apenas o registro dessa realidade. Ainda que a cidade de São Paulo seja o centro urbano mais desenvolvido da América do Sul, detentor do distrito financeiro mais importante da região, registra índices sociais dramáticos em áreas importantes da vida em sociedade. Apenas políticas públicas planejadas e construídas em parceria com sua população poderão garantir qualidade de vida para todos.

Considerações Finais

O texto destacou características da desigualdade no Brasil, trazendo elementos ao debate e à compreensão de que o país apresenta uma desigualdade extrema e é um dos mais desiguais do mundo. Também demonstrou que é inequívoco que a pior

situação é a da população preta/parda em relação à branca. A desigualdade, no Brasil, tem cor.

A análise de dados sobre o mercado de trabalho evidenciou quão piores são as condições dos pretos e pardos em relação aos brancos. Inicialmente foi registrado que há, no Brasil, 25% a mais de negros e pardos no mercado de trabalho. Olhos menos atentos podem não dar tanta atenção para esse dado ou até mesmo interpretar como um dado positivo para a população negra e parda. O fato de haver mais negros e pardos no mercado de trabalho acusa uma desigualdade anterior à da entrada no mercado de trabalho. Uma das explicações, dentre outras, é que os brancos, principalmente os jovens, retardam sua entrada no mercado de trabalho, ocupando mais tempo em estudos e formações, o que denota também a menor necessidade da busca precoce por um emprego. É importante ressaltar que os dados mostram a primazia da cor/raça nas desigualdades de rendimentos, mais até que o recorte de gênero. Isso fica claro com a constatação de que o homem branco é o que está mais bem posicionado, seguido da mulher branca.

Essas diferenças entre negros/pardos e brancos se manifestam em outras áreas. Ainda dentro do tema de mercado de trabalho, o estudo demonstrou que a taxa de desocupados e subutilizados é maior entre os negros e pardos do que entre brancos e que 47% dos negros/pardos do mercado de trabalho se encontram na informalidade e dos brancos somente 34%.

Resultado simultâneo das condições de renda e do próprio racismo na sociedade são os números da população carcerária: pardos e pretos representam 63,6% dos encarcerados do país, isto é, estão sobre-representados. Aqui vale lembrar o tratamento “diferenciado” das polícias militares dependendo da região da cidade, ou até mesmo a própria frequência da presença das polícias militares em determinados bairros. As ações truculentas e a presença quase diária de policiais militares são reservadas para os bairros periféricos e regiões mais pobres dentro das grandes cidades. Vimos que a porcentagem de pretos/pardos vivendo em condições precárias de moradias é sempre maior que a dos brancos. Não é difícil associar que o lugar de moradias precárias é o mesmo onde há mais ações truculentas do Estado por meio da violência de sua polícia. São nesses lugares que os índices de homicídios são maiores: em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos de cor preta ou parda. Nesse ponto é importante denunciar a crescente violência contra a mulher negra: enquanto a taxa de homicídios de mulheres

não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%.

Apesar de não ser objeto de estudo específico deste artigo, é sempre bom lembrar que o passado escravocrata é, talvez, o fator explicativo mais importante para compreender os números apresentados. Não somente pela concentração de renda em si, fruto, dentre outras coisas, de uma extrema concentração de terras constituída e mantida desde o passado colonial do país, mas também pela utilização da mão de obra escrava negra. Além do fato de o país ter sido o último da América Latina a abolir a escravidão, as próprias condições degradantes de vida dos escravos, durante os períodos da Colônia e do Império, são fatores essenciais para a compreensão da vida de negros e pardos no Brasil nos anos que se seguem.

Assim sendo, é palpável que o racismo na sociedade brasileira é estrutural. Os dados apresentados no texto auxiliam a enxergar essa realidade. As condições de renda, do mercado de trabalho e da população carcerária se confundem e influenciam uma às outras, mas sempre na direção de consolidar a realidade desigual e a pior posição da população negra e parda na sociedade brasileira.

Referências

BRASIL, 2002. Ministério da Saúde, Portaria nº 1.101, de 12 de junho de 2002. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt1101_12_06_2002.html Acesso: 29/01/2020.

ESTADÃO. Criminalidade bairro a bairro. São Paulo, Jornal Estado de São Paulo, 2018. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/criminalidade-bairro-a-bairro/> Acesso em 28/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – vários anos. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 03/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais – uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira – 2019. Rio de Janeiro, IBGE, 2019a. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> Acesso em 02/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018, 2019b. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101654_informativo.pdf Acesso em 05/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019c. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 07/01/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Brasília, IBGE, 2018-a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE, 2018-b. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em 07/01/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ATLAS DA VIOLÊNCIA – 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violenca_2018.pdf Acesso em 08/01/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ATLAS DA VIOLÊNCIA – 2019. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> Acesso em 08/01/2020.

MANDINGA, Aristídes. “O Índice de Palma explica a Desigualdade Económica na Guiné Bissau”; August 23, 2019. Disponível em: <https://www.politicasocialgb.com/single-post/2019/08/10/O-%C3%8Dndice-de-Palma-explica-a-Desigualdade-Econ%C3%B3mica-na-Guine-Bissau> Acesso em: 08/01/2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA / DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização - Junho de 2017. Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf> Acesso em 14/01/2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. HabitaSampa. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/> Acesso em 29/01/2020. REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da desigualdade. São Paulo, Rede Nossa São Paulo, 2019. Disponível em https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf Acesso: 20/01/2020

SENADO NOTÍCIAS. Pacote Anticrime pode aumentar encarceramento de negros e pobres, aponta debate na CCJ. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/08/pacote-anticrime-pode-aumentar-encarceramento-de-negros-e-pobres-aponta-debate-na-ccj-1> Acesso em 17/02/2020.

TEIXEIRA, João Carlos. Prioridade da população, propostas de novas leis para a segurança pública aguardam novos senadores. Senado Notícias, 724/01/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/24/prioridade-da-populacao-propostas-de-novas-leis-para-a-seguranca-publica-aguardam-novos-senadores> Acesso em: 17/02/2020

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Human Development Report 2019 Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. New York, 2019. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf> Acesso em 14/01/2020.

WORLD PRISION BRIEF. Data, 2019. Disponível em <https://www.prisonstudies.org/map/south-america>. Acesso em 14/01/2020.